

**ATA DA 309ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 11 E 12 DE ABRIL DE 2005**

Aos onze e doze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se para sua sessão ordinária, realizada em Recife/PE. Estiveram presentes o 1º Vice-Presidente do CNPCP, Vetuval Martins Vasconcelos, bem como os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Laertes de Macedo Torrens, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva e Rogério Etzel. Justificaram a ausência, por motivos de força maior, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva. O 1º Vice-Presidente do CNPCP, Vetuval Martins Vasconcelos, saudou os membros do CNPCP e, também, os Promotores Marco Aurélio Farias da Silva, Clóvis Ramos Sodrê da Motta, Eduardo Luiz S. Cajueiro, Westei C. Martin Junior, Judith Borba e Maciel de Souza Silva, membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco. O Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra à Conselheira Eleonora de Souza Luna, anfitriã da reunião, que, após cumprimentar a todos, justificou a ausência do Dr. Francisco Sales de Albuquerque, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, na abertura dos trabalhos, em razão de um Promotor ter sofrido um atentado a tiros, assinalando que, à tarde, participaria do encontro. A Conselheira Eleonora de Souza Luna comunicou que várias autoridades foram convidadas para tratar do Sistema Penitenciário do Estado. Agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Conselheiro Maurício Kuehne que, após cumprimentar a todos, apresentou o Juiz da Vara de Penas Alternativas do Estado de Pernambuco, Dr. Flávio Augusto Gomes de Lima, e informou que comanda uma das Varas mais atuantes do Brasil. Lembrou que a Central Nacional de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas nasceu no âmbito do CNPCP e que as atuais diretrizes do Conselho lhe dão o destaque merecido. Por fim, fez ver que, no Estado, são monitoradas quatro mil pessoas no cumprimento de penas alternativas. Falou que o CNPCP tem muito interesse em ver as penas alternativas realmente aplicadas. Com a palavra, o Dr. Flávio Augusto Gomes de Lima agradeceu e registrou o trabalho pioneiro do Estado do Paraná, na pessoa do Conselheiro Rogério Etzel, um ícone para todos. Disse, ainda, que o Governo do Ceará, após visita ao Estado do Paraná, criou a primeira Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas do país, e o Estado de Pernambuco criou a segunda com jurisdição na região metropolitana de Recife e atende mais da metade da população de todo o Estado. Por fim, agradeceu e disse que estará presente na parte da tarde. O 1º Vice-Presidente anunciou a recondução do Conselheiro Laertes de Macedo Torrens e, após a leitura e assinatura do termo de posse, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia deu as boas vindas ao Dr. Laertes de Macedo Torrens. Na seqüência, o Dr. Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra ao Conselheiro Laertes de Macedo Torrens que, após cumprimentar a todos, solicitou que fique consignado em ata o seu agradecimento ao Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos pela confiança que lhe assegurou a recondução. Disse que, durante os dois anos em que permaneceu no Conselho, aprendeu muito a respeito da política criminal e penitenciária que se pretende adotar no País. Falou que, nos próximos dois anos, espera continuar dando sua parcela de contribuição. Agradeceu, também, as palavras do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia e a compreensão de todos os Conselheiros. O 1º Vice-presidente registrou a satisfação de tê-lo como integrante do Conselho e, em nome do Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, desejou que exerça um mandato profícuo. Dando continuidade à reunião, foi apreciada a ata da 308ª Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Passou-se à fase das **comunicações**. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis, após saudar a todos e, em especial, ao Dr. Laertes de Macedo Torrens, comunicou que participou do Congresso de Penas e Medidas Alternativas em nome do Conselho, na cidade de Curitiba/PR, organizado pelo Ministério Público do Estado, com a ilustre presença do Conselheiro Maurício Kuehne, o qual, além de contribuir na organização, foi palestrante, aplaudidíssimo pelo auditório, inclusive tendo a tarefa de substituir, na última hora, um expositor, fazendo-o de forma brilhante. Disse que, no Congresso, foi demonstrado o crescimento das penas e medidas alternativas no Brasil, assim como o papel do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nesse sentido. Destacou, também, com muita honra, a criação do Conselho da Comunidade na Vara de Execuções

Criminais de São Paulo/SP e, para sua felicidade, foi convidado para integrá-lo. De modo que se pode criar um vínculo entre o CNPCP e o Conselho da Comunidade. Disse que o Juiz Corregedor convidará o Presidente do CNPCP para a posse dos integrantes do Conselho. O 1º Vice-Presidente louvou a iniciativa e o parabenizou pelo trabalho, acrescentando que faz parte da Comissão que trata da criação dos Conselhos da Comunidade. Com palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia comunicou que, nos dias 28 e 29 de março, aconteceu, em Porto Alegre, o II Congresso Internacional de Justiça Terapêutica, organizado pela Associação Nacional de Justiça Terapêutica, presidido pelo Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, ao qual compareceu o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Presidente do CNPCP. Esse Congresso teve grande repercussão, inclusive na mídia. Solicitou que o Conselho se debruce um pouco mais sobre o tema da Justiça Terapêutica. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse, complementando as informações dadas pelo Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia, que esse Congresso Internacional de Justiça Terapêutica aconteceu, na mesma semana, em Recife/PE, com a participação da Conselheira Eleonora de Souza Luna. E que o de Porto Alegre/RS contou também com a participação do Conselheiro Cassio Castellarin. A idéia desse Congresso é trazer contribuições no âmbito da saúde e da justiça, pois o trabalho será acompanhado por profissionais dessas áreas, objetivando uma melhor resposta jurídica para aqueles que praticam pequenos delitos e estão envolvidos com drogas. Disse, ainda, que o Congresso em Recife/PE aconteceu no Fórum Central do Recife/PE e, em Porto Alegre/RS, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por fim, agradeceu a palestra e o apoio que a Conselheira Eleonora de Souza Luna prestou na cidade de Recife/PE e, também, as palestras do Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e do Conselheiro Cassio Castellarin em Porto Alegre/RS. Com a palavra, o Conselheiro Cassio Castellarin registrou que o evento organizado pelo Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, em Porto Alegre/RS, foi muito bom e atingiu todos os objetivos propostos e que a Justiça Terapêutica já é adotada em vários países e que, realmente, merece um maior apoio. Por fim, parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva. Com a palavra, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal agradeceu a todos os Conselheiros pelo voto de apoio, na reunião de março, à publicação da Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos pelo Banco do Nordeste, dizendo que esse voto se somou às manifestações do Dr. Mário Mamede, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e da Dra. Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, assegurando-se, assim, mais uma vez, a edição pelo BN de 1.500 exemplares. Anunciou que, na próxima reunião, provavelmente distribuirá a revista aos colegas. Informou, ainda, que todos receberam a programação do Fórum Permanente de Direitos Humanos que conta com o apoio de diversas instituições, entre elas o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Na agenda do Fórum está sempre incluída a questão penitenciária. Comunicou, também, que não participará da reunião do dia seguinte por força de uma viagem que fará à Tailândia a fim de participar, representando o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, do XI Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal. Esse Congresso contará com a presença da Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, Secretária Nacional de Justiça/MJ, e de pessoas ligadas ao Ministério das Relações Exteriores. Por fim, comunicou que, no Congresso realizado em Fortaleza/CE no ano de 2002, um agente prisional pediu a palavra, na solenidade de inauguração, e fez declarações desonrosas à sua pessoa, tendo sido distribuída uma folha com acusações levianas. Com isso, tomou a iniciativa de promover uma ação de difamação no Juizado Especial de Fortaleza/CE, que resultou na retratação do referido agente. Em seguida, fez a leitura da retratação. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos disse que não recordava mais o incidente porque não lhe deu a mínima importância, pois quem conhece a pessoa do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal e o trabalho que desenvolve sabe que isso é irrelevante, mas, de qualquer modo, vem a ser um conforto a retratação. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Lélcio Lauria Ferreira registrou o evento organizado em Fortaleza/CE pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, no qual participou juntamente com a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira, constatando o respeito que a classe dos agentes prisionais tem pelo Conselheiro. A seguir, propôs que o Conselho se manifeste sobre o corte de 59% no orçamento da Segurança Pública e de 51% do Fundo Penitenciário Nacional. Comunicou que o Estado de Pernambuco ganhará o Museu Penitenciário e sugeriu que essa iniciativa se estenda aos outros estados. Por fim, relatou que, quando os Conselheiros Pedro Sérgio dos Santos e Bernardino Ovelar Arzamendia fizeram a visita de inspeção aos estabelecimentos prisionais da cidade de Manaus/AM, uma das grandes críticas que ouviram foi quanto à omissão do Ministério Público e de outros órgãos. E que soube de visitas do Poder Judiciário e da OAB aos presídios de Manaus/AM, com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Arnaldo Carpinteiro Peres, e do Presidente da OAB/AM, Dr. Alberto Simonetti. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos

falou que a assistência jurídica dos presos em estabelecimentos terceirizados o preocupa, pois é de responsabilidade da empresa. Indagou do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira se a OAB cuidasse dessa assistência, não estaria tirando da empresa a responsabilidade. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira respondeu que a OAB não tem visitado os presídios terceirizados e que a assistência jurídica dos presos nessas unidades melhorou significativamente em razão da cobrança do contrato com a empresa. Com a palavra, o Conselheiro Rogério Etzel comunicou a realização da visita de inspeção no Estado do Goiás, juntamente com a Conselheira Eleonora de Souza Luna, quando foram recebidos pela Polícia Federal, pela Secretaria de Estado da Justiça e pelos membros do Conselho Penitenciário Estadual. O relatório da visita será apresentado na próxima reunião. Comunicou que o Jornal do Estado do Paraná publicou que a OAB/PR notificou que, se algo não for feito nas cadeias públicas do Estado, essas sofrerão uma verdadeira implosão. Solicitou que os Conselheiros responsáveis pela visita de inspeção no Estado verifiquem a situação, pois a notícia é grave. O Conselheiro Maurício Kuehne informou que recebeu outras informações sobre isso e propôs uma visita de inspeção à Cadeia Pública de Pinhais e à Cadeia Pública de Paranaguá e, mais, que fosse solicitada audiência com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. O 1º Vice-presidente solicitou que os Conselheiros responsáveis pelo Estado agendem a visita de inspeção. Dando continuidade, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que as cadeias públicas de todo o País estão superlotadas, não sendo essa a realidade apenas do Estado do Paraná. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Martins Antico comentando sobre a exposição do Dr. Nagashi Furukawa, Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, sobre os Centros de Ressocialização do Estado, na última reunião do Conselho, disse que foi convidado para visitar a Penitenciária de Sumaré/SP. Propôs ao Prefeito de Cruzeiro/SP, a implantação do Centro de Ressocialização, mas esse não demonstrou sensibilidade para a sua criação. Disse que visitou a Cadeia Pública de Cruzeiro/SP e, apesar de a situação não ser tão alarmante como no Estado do Paraná, é grave. Disse que tomou a liberdade e encaminhou ofício ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária de São Paulo, solicitando que os presos julgados em Cruzeiro/SP sejam transferidos para outros estabelecimentos. Por fim, sugeriu que os Conselheiros do Estado de São Paulo visitem a Penitenciária de Sumaré/SP. O 1º Vice-presidente, Vetuval Martins Vasconcelos, louvou a iniciativa do Conselheiro e saudou a presença do Dr. Francisco Sales de Albuquerque, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco e o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça. Agradeceu-lhes o apoio para a realização de mais uma reunião do CNPCP no Estado. Com a palavra, o Dr. Francisco Sales de Albuquerque, após os cumprimentos de praxe, agradeceu a presença de todos, justificando que participará da reunião apenas no período da tarde, desejando um profícuo trabalho. Dando continuidade, o Conselheiro Edison José Biondi disse que o Conselheiro Maurício Kuehne relatou casos de tuberculose em cadeias públicas do Paraná. Disse que isso é um caso de saúde pública e que, no Estado do Rio de Janeiro, estão mapeando os casos de tuberculose nas cadeias e penitenciárias. Disse que esses casos devem ser levados às autoridades. Acrescentou que, no Rio de Janeiro, estão fazendo o exame nos presos e nos que estão entrando no sistema para os cuidados necessários. Ainda na fase das comunicações, o 1º Vice-presidente disse, com relação ao trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, que as modificações na Lei nº 6.368 contemplam a inclusão da Justiça Terapêutica e que o Conselho continuará debatendo a questão. Quanto ao corte nas verbas do FUNPEN para o sistema penitenciário, o Conselho deve encaminhar documento ao Ministro da Justiça, demonstrando que isso não deve acontecer. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis disse que, no Congresso de Penas Alternativas, realizado em Curitiba/PR, foi muito questionada a pouca verba destinada pelo Ministério da Justiça às medidas alternativas. Foi indagado, então, se o Ministério da Justiça está preocupado só em construir presídios e não com a questão da aplicação das penas alternativas. Por fim, solicitou que fosse enviada uma consulta ao Dr. Clayton Alfredo Nunes, Diretor do DEPEN/MJ, para que informe o volume de recursos destinados às penas alternativas. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira comunicou que recebeu documento do DEPEN/MJ, solicitando que se disponibilize uma área para a construção de penitenciária no Estado e que, mesmo com esse corte, o DEPEN/MJ está preocupado em atender o pleito. Após várias manifestações, ficou acertado que a indagação sobre os recursos disponibilizados para aplicação das medidas e penas alternativas deve abranger o período de 2002 até a data de hoje. Na fase das proposições, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia informou sobre um Projeto de Lei, da Deputada Denise Frossard, que trata da extinção da punibilidade do agente de delito quando haja retratação e colaboração na apuração de responsabilidade por atos contra a Administração Pública, solicitando que o mesmo seja estudado pelos Conselheiros. Após a aprovação, ficou deliberado que a Secretária do CNPCP providencie cópia do

Projeto de Lei e o encaminhe a todos os Conselheiros. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva registrou que gostaria que fosse discutido na próxima reunião um tema levantado pelo Conselheiro Carlos Weis na reunião passada, acerca da contradição que existe na previsão da Lei de Execução Penal de que as celas dos presos devem ser individuais, enquanto o CNPCP aprova e autoriza a construção de presídios com celas coletivas. Isso tem sido freqüentemente colocado e, mais cedo ou mais tarde, o CNPCP terá que verificar essa situação, pois está em desacordo com a lei, sabendo que existe uma comissão que trata do assunto. Acrescentou que o CNPCP tem que zelar pelo cumprimento da lei. O Conselheiro Carlos Weis disse que o Conselho aprovou um parecer sobre o assunto e que, gradualmente, deve ser atendida a questão. O 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos ratificou a existência de uma comissão criada para tratar desse assunto e fez ver que está no aguardo de estudos elaborados pela equipe técnica do DEPEN/MJ para manifestação, ficando, portanto, a discussão para mais adiante. Com a palavra, a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira concordou com o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva no sentido de que o assunto seja discutido anteriormente à manifestação dessa Comissão. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que foi convidado para conversar com os colegas do Ministério Público Federal, em Brasília/DF, sobre o FUNPEN, sendo que a lei determina que os recursos provêm das condenações criminais e de premiações das loterias, não podendo entrar no contingenciamento dos recursos públicos, pois são recursos carimbados. O Conselho deve ter uma posição clara sobre o assunto, propondo que se faça uma Resolução que trate da impossibilidade de os recursos do FUNPEN serem contingenciados, pois são recursos destinados à melhoria do sistema penitenciário e à aplicação das penas alternativas. Dando continuidade à pauta da reunião, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra aos Conselheiros Maurício Kuehne e Bernardino Ovelar Arzamendia para relatarem sobre a visita de inspeção no Presídio Professor Aníbal Bruno/PE. O Conselheiro Maurício Kuehne relatou que a questão prisional está afeta à Secretaria de Defesa Social que compreende, também, a polícia civil e a polícia militar. Disse que recebeu informação do DEPEN/MJ de que os recursos estão sendo repassados e que houve denúncias de irregularidades na penitenciária. A capacidade do Presídio Professor Aníbal Bruno/PE é de 1500 presos, existindo, atualmente, 3.900 presos. Disse que o Diretor da Penitenciária demonstrou interesse em expor a situação. Foram constatadas irregularidades na entrada de drogas, e existem, apenas, 15 agentes penitenciários, trabalhando armados. Três mil e quinhentos presos não desempenham nenhuma atividade laboral. Falou, também, das cantinas existentes dentro do estabelecimento e que não há rebelião há mais de sete anos. Falou que os chaveiros são presidiários e que existe comercialização de celas melhores, isso sendo feito à revelia da direção do estabelecimento. Só existem cinco advogados na penitenciária e a Defensoria Pública não atende à população. São irregularidades muito sérias. Terminada a apresentação do relatório preliminar, o Conselheiro Maurício Kuehne disse que, após a audiência pública, apresentará mais dados. Com a palavra, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos deixou uma reflexão ao Conselho referente à autogestão e ao princípio da legalidade. O Conselheiro Maurício Kuehne falou da importância da visita de inspeção no Estado e agradeceu o apoio dado pela Conselheira Eleonora de Souza Luna e, também, aos militares cedidos pelo Ministério Público e aos Policiais Federais que os acompanharam. Com a palavra, a Conselheira Eleonora de Souza Luna acrescentou que a situação do Presídio Professor Aníbal Bruno é seriíssima e que se empenhou em convidar os promotores que oficiam nos vários aspectos dos problemas: o Dr. Eduardo Cajueiro, Promotor do Patrimônio Público; o Dr. Westei Conde Martin Junior, Promotor do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Cidadania; a Dra. Judith Borba, Promotora de Direitos Humanos; o Dr. Marco Aurélio Farias da Silva, Promotor de Execução Penal; e o Dr. Clóvis Ramos Sodré Motta, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Conselho Penitenciário. Após apresentá-los, disse que a preocupação do Procurador-Geral de Justiça do Estado é que a atuação do Ministério Público não cause nenhum problema maior ao sistema penitenciário. Com a palavra, o Promotor Marco Aurélio Farias da Silva elogiou o trabalho preliminar do Conselheiro Maurício Kuehne, o qual mostra a real situação da penitenciária. Disse que a maior preocupação é com os serviços dos concessionários que são presos que trabalham para a administração da penitenciária. Existem, no Presídio Professor Aníbal Bruno, em torno de 400 presos concessionários. O serviço de segurança, também, é realizado pelos concessionários. Disse que, hoje, não existem casos de maus tratos. Noticiou que os agentes penitenciários compõem turmas de 15, ao passo que a segurança interna é feita pelos chaveiros que são em torno de 32 ou 33 presos. O número de fugas é baixíssimo. Destacou que não há atendimento médico, apesar de existirem dois médicos. Tampouco existem remédios. Quanto ao serviço odontológico, há material, mas inexistente atendimento. Relatou, ainda, o problema das cantinas, pois se constata uma falta de regulamentação e o Tribunal de Contas já autuou a Direção do presídio em

virtude de denúncias de desvio de dinheiro. Disse, também, que a relação dos presos não corresponde ao número de internos na penitenciária. Com a palavra, a Promotora Judith Borba, após agradecer a oportunidade que lhe foi oferecida, aduziu que foi realizada uma visita de inspeção e se verificaram várias irregularidades relativamente à saúde, à segurança e aos direitos do preso, sendo instaurado um procedimento de investigação preliminar. Foram feitos diversos requisitórios e realizadas inúmeras audiências para tratar do assunto, Acrescentou que o Ministério Público está atuando com vigor. Com a palavra, o Promotor Westei Conde Martin Junior disse que a intervenção no Presídio Professor Anibal Bruno deve ser feita de forma cuidadosa e que se deve indagar da Pastoral Carcerária sobre maus tratos e torturas dentro do estabelecimento. Com a palavra, o Promotor Eduardo Cajueiro, após cumprimentar a todos, falou dos problemas dos cantineiros, das cobranças de taxas para o uso de celas, da cobrança de taxa de energia, do desvio de alimento e da apresentação dos presos feita pelos próprios presos. Solicitou a relação dessas taxas, mas não teve êxito, anunciando, porém, que o Conselheiro Maurício Kuehne conseguiu obtê-la. Por fim, disse que o apoio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é muito importante para a solução desses problemas. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne falou que o Diretor da Penitenciária disse ter intenções de resolver essas questões, começando com o problema das cantinas. Com a palavra, o Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia relatou sobre a diferença social existente no estabelecimento. Após várias manifestações acerca da situação do Presídio Professor Aníbal Bruno, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos agradeceu a presença dos Promotores, convidando-os para participarem da audiência pública. Na parte da tarde, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Sales Albuquerque, abriu a audiência pública, agradecendo a presença de todos os Conselheiros e das seguintes autoridades: Dra. Helena Caula Reis, representando o Des. José Antônio Macedo Malta, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Dr. Adeildo Nunes, Juiz da 1ª Vara de Execuções Penais do Estado; Dr. Adjar Francisco de Assis Júnior, Juiz Substituto da 1ª Vara de Execuções Penais do Estado; Marconi Dourado, representando a Dra. Maria das Dores Batista Canto de Souza, Defensora Pública-Geral do Estado; Dr. Mauro Alencar, Juiz Corregedor Auxiliar, representando o Des. Fausto Valença de Freitas, Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado; Dr. Josberto Rocha Sobrinho, Secretário Executivo de Ressocialização, representando o Secretário de Estado da Defesa Social; Dr. José Luiz de Oliveira Júnior, Corregedor-Geral da Secretaria de Estado da Defesa Social; Dr. Júlio Alcino de Oliveira Neto, Presidente da Seccional da OAB/PE; Dra. Cristiane Maria G. de Oliveira, Corregedora auxiliar/SERES; Dra. Judith Borba, Membro do Ministério Público do Estado; Allinancy Paula Dias Gonçalves, estudante de direito; Reginaldo Pereira de Almeida, da Secretaria de Ressocialização; Tháís Gouveia Guimarães, Diário de Pernambuco; Sueli Gonçalves de Almeida, Promotora de Justiça do Estado; Dr. Sérgio Caldas, Ouvidor da Secretaria Executiva de Ressocialização; Dr. Romildo Ramos e Dr. Clóvis Ramos, representando o Prof. Heraldo José da Almeida, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado; Cel. PM Rivo Ribeiro Silva, Superintendente de Ressocialização e Atividades Prisionais; Major PM Evandro Carvalho Moura, Diretor do Presídio Prof. Aníbal Bruno; Dra. Wilma Waldomiro Carvalho de Melo, Coordenador do Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões – SEMPRI; Rui Oliveira, Assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado; Major Severino Leandro, Assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado; Dr. Sérgio Pinto, Superintendente da SERES/SDS; Dr. João Fernandes, Gerente do Presídio de Igarassu SERES/SDS; Dr. Genivaldo Fonseca, Gerente do GADOR; Fábio Gaudêncio, Gerente Regional I; Geraldo Severiano, Gerente Executivo – PABC; Meiber Pinheiros Ramires, Superintendente de Reengenharia e Articulação Operacional – SERES/SDS; Milena Cabral Saraiva, Assessoria de Comunicação SERES/SDS; Fernando Matos, Coordenador-Geral do GAJOP e do Conselho Estadual de Direitos Humanos; Lucia Helena Soutomaior Barns, H.C.T.P – SERES/SDS; Rebeca Caula Reis, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Amaro Tavares de Lima, SERES/SDS; Eduardo Luiz S. Cajueiro, Membro do Ministério Público do Estado; Westei Conde y Martin Júnior, Membro do Ministério Público do Estado; Luiza Varejão Dias Martins, Membro do Ministério Público do Estado; Jorge Neves, Secretário Executivo de Justiça do Estado; Cláudio Carraly, Secretário Executivo de Direitos Humanos; Ricardo Soriano, OAB/PE; Márcia de Alencar, Gerente Estadual de Penas Alternativas da SEJUDH; Lenilson B. Frutas, Pastoral Carcerária do Estado; Thaumaturgo Alencar, SEMPRI; Ana Moura, Colônia Penal Feminina do Recife; Marco Aurélio Farias da Silva, Membro do Ministério Público do Estado; Clóvis Ramos Sodré da Motta, Membro do Ministério Público do Estado e do Conselho Penitenciário do Estado. Após cumprimentar a todos, o Procurador-Geral de Justiça disse do apreço que tem em relação ao Conselho e do apoio deste aos Ministérios Públicos dos Estados da federação. Destacou o Ministério Público de Pernambuco, que tem na Procuradora Eleonora de Souza Luna um dos seus representantes

mais legítimos. Disse que alguns dos problemas do Presídio Professor Aníbal Bruno foram relatados pelo Conselheiro Maurício Kuehne e que se encontram sob análise do Ministério Público. Comentou que a grande massa carcerária é de presos provisórios. Falou do compromisso da magistratura, do Poder Executivo e do Ministério Público para a solução dos problemas. Considera o papel do Poder Executivo de fundamental importância para o saneamento de alguns problemas, pois os de competência do Ministério Público estão sendo cuidados. Por isso falou da importância da Secretaria de Estado de Defesa Social, representada, nesse ato, pelo Cel. Josberto Rocha Sobrinho. Passou a palavra ao Dr. Vetuval Martins Vasconcelos que disse que a execução penal é um problema sério em todo o País. Nesse sentido o CNPCP tem se colocado ao lado dos Estados no enfrentamento dessas questões. Disse que o caso do Estado de Pernambuco não é diferente e que o Conselho se reúne pela segunda vez no Estado. Esse encontro tem uma finalidade especial, pois chegaram ao conhecimento do Conselho algumas denúncias graves acerca do sistema prisional. Agradeceu o apoio do Ministério Público para a realização da reunião, passando a palavra ao Conselheiro Maurício Kuehne que, novamente, apresentou o relatório preliminar da visita de inspeção no Presídio Professor Aníbal Bruno, onde foram constatadas irregularidades como o uso de armas de fogo por parte dos agentes penitenciários. Outras questões: o número de efetivo para a segurança, a falta de relatório com os nomes dos presos, as cantinas cujos concessionários fazem todo tipo de comércio, o problema dos chaveiros e do controle dos processos, a deficiência da área médica, odontológica e psicológica e o grande número de presos provisórios. Por fim, falou que, constatadas as irregularidades, compete ao Conselho encaminhar um documento ao Ministro da Justiça e às autoridades do Estado. Com a palavra, o Cel. Dr. Josberto Rocha Sobrinho, Secretário-Executivo de Ressocialização, representando o Secretário de Estado de Defesa Social, apresentou a realidade e as dificuldades que estão sendo enfrentadas no sistema penitenciário como um todo e passou a palavra ao Major PM Evandro Carvalho Moura, Diretor do Presídio Professor Aníbal Bruno que esclareceu a situação do estabelecimento, deixando claro que inexistem provas de fabricação de drogas. O que há, assegurou, são apreensões nos dias de visita, que a imprensa divulga como se as drogas saíssem do presídio. Foram referidos problemas na apresentação dos presos no Tribunal de Justiça por falta de escolta ou de carros. E afirmou que se está tentando encontrar fórmulas para melhorar a assistência jurídica e médica com a contratação de pessoal. Com a palavra, o Sr. Lenilson Freitas, Coordenador da Pastoral Carcerária, falou dos problemas com relação ao descumprimento reiterado da lei, do uso de armas de fogo dentro dos estabelecimentos, da superlotação e da prática da tortura dentro de todos os presídios do Estado. O Promotor Marco Aurélio Farias da Silva, da Vara de Execuções, asseverou que deveria ser feita uma campanha de orientação com relação ao tráfico e ao uso de drogas. Foi apresentado, também, o problema da escala de trabalho dos agentes penitenciários, a qual deveria ser revista. Com a palavra, o Dr. Adeilton Nunes, Juiz da Vara de Execuções, falou que as promessas de melhoria nunca se tornam realidade. Entregou o relatório da 1ª Vara de Execuções Penais, no qual consta o trabalho desenvolvido. O Conselheiro Edison José Biondi apresentou o Plano Nacional de Saúde, falando de sua importância, esclarecendo que foi assinado um convênio entre o Estado de Pernambuco e o Ministério da Saúde. Lamentou que as orientações básicas não estejam sendo aplicadas. O Conselheiro Carlos Lélcio Lauria Ferreira comentou sobre as horas de trabalho dos agentes prisionais, que deveriam ser reavaliadas, pois a carga horária proposta é irreal. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos disse que a questão penitenciária não se resolverá com a construção de estabelecimentos penais, devendo-se trabalhar na raiz do problema. Sugeriu que se realizem reuniões com os Secretários de Educação, da Saúde e do Trabalho. Com a palavra o Dr. Josberto Rocha Sobrinho, Secretário-Executivo de Ressocialização, falou das dificuldades enfrentadas e que espera o apoio do Ministério Público do Estado na solução dos problemas. Após várias manifestações, o Conselheiro Maurício Kuehne disse que, após ouvir a todos, fará um relatório final a ser apresentado na próxima reunião do Conselho. O 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos agradeceu a presença dos participantes da audiência pública, dizendo que todas as manifestações apresentadas contribuirão na busca de soluções para o sistema penal. Entregou algumas publicações do Conselho ao Secretário-Executivo e ao Procurador-Geral de Justiça. Com a palavra, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Sales de Albuquerque, agradeceu a presença de todos e solicitou que as promotorias acompanhem as questões suscitadas. Na oportunidade, passou às mãos do Secretário-Executivo Josberto Rocha Sobrinho a minuta de Resolução que dispõe sobre o procedimento a ser adotado nas ocorrências ou denúncias de atos de tortura, tratamento desumano e degradante, maus tratos, lesões corporais e outras de natureza similar, praticados no âmbito dos estabelecimentos prisionais para a análise do Secretário de Estado da Defesa Social. Disse que se deve cobrar do Ministério da Justiça bancos de dados atualizados e que as transferências de recursos sejam feitas após as informações

solicitadas para alimentá-los. Recomendou, ainda, que, enquanto não acontece o concurso para a defensoria, sejam aceitos os assessores jurídicos para trabalhar na assistência jurídica dos presos, supervisionados pelos defensores. Por fim, solicitou o apoio às penas e medidas alternativas, pois, no caso de Recife/PE, os recursos não mais foram repassados pelo Ministério da Justiça. Agradeceu a presença da Dra. Eleonora de Souza Luna e, também, a lembrança do CNPCP em homenagear o grande mestre de Direito Penal, Dr. Rui Antunes, no X Concurso Nacional de Monografias. Passou a presidência ao Dr. Vetuval Martins Vasconcelos que esclareceu a questão dos bancos de dados: o Ministério da Justiça tem o INFOPEN que evidentemente depende das Secretarias estaduais para ser alimentado, sendo que o DEPEN/MJ repassa recursos para a aquisição dos equipamentos de informática. Encerrada a audiência pública. No dia seguinte, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos reabriu os trabalhos e passou a palavra ao Conselheiro Carlos Weis que falou sobre o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e o Regime Disciplinar Especial (RDE), explicando que o RDE é mais brando que o RDD e que, no Estado de São Paulo, saiu a Resolução SAP-59, de 19/08/2002, que instituiu o Regime Disciplinar Especial no Complexo Penitenciário de Campinas/Hortolândia, fazendo a leitura da Resolução. Disse que os procuradores visitam estabelecimentos prisionais e que os juizes não são comunicados desse regime, não existindo controle pelo Judiciário. O 1º Vice-presidente disse que se deve fazer uma pesquisa e um estudo mais aprofundado sobre o assunto, solicitando que o material seja encaminhado aos Conselheiros. Após várias manifestações, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos sugeriu que se convide o Presidente da OAB/Federal, para a próxima reunião do Conselho. Após a aprovação, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos indicou o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos para ser o relator da matéria. Dando continuidade à pauta da reunião, o Conselheiro Carlos Weis apresentou uma Lei estadual de São Paulo que dispõe sobre a implantação de videoconferência para interrogatórios e audiências de presos à distância, lembrando que o Conselho tem uma Resolução contra a videoconferência. Após várias manifestações, ficou aprovado que a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira falará sobre a Lei nº 11.819/05 que dispõe sobre a implantação de aparelhos de videoconferência para interrogatório e audiência de presos à distância na próxima reunião do Conselho. O 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos disse que integra a Comissão que trata da criação do Conselho da Comunidade, trazendo ao Conselho a sua preocupação referente à natureza jurídica dos conselhos da comunidade. Informou que existe um dissenso muito grande quanto à criação dos Conselhos da Comunidade. Disse que no Estado do Rio Grande do Sul existem Conselhos da Comunidade criados como entidades privadas e advoga-se a permanência desse modelo. Em outros estados, não é assim. Disse que gostaria de levar a essa Comissão a opinião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária acerca de sua natureza jurídica. Com a palavra, o Conselheiro Rogério Etzel afirmou que se preocupa com a autonomia financeira do Conselho da Comunidade para gerir o próprio dinheiro e aplicá-lo onde melhor atender. A Conselheira Eleonora de Souza Luna disse que o trabalho do Conselho da Comunidade é voluntário. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que, no Estado do Rio Grande do Sul, a participação da comunidade se dá, nesta área, desde 1984. Disse que a lei fala em o Juiz liderar o processo para a formação e criação desse Conselho. No entanto, uma vez criado, tem vida autônoma e eventualmente pode haver desvios. Tem-se que partir do pressuposto de que as pessoas vão trabalhar seriamente, mas desenvolver mecanismos de fiscalização. Concorde que o organismo fiscalizador dessas entidades deve ser o Ministério Público. Após várias manifestações, ficou deliberado que os Conselheiros Ricardo de Oliveira Silva, Rogério Etzel e Vetuval Martins Vasconcelos apresentem um estudo referente à natureza jurídica do Conselho da Comunidade na próxima reunião. A Conselheira Eleonora de Souza Luna entregou a todos os Conselheiros um CD com o Hino do Estado Pernambuco e das áreas turísticas do Estado. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo MJ/GM nº 08001.009423/2004-29. Assunto: PL nº 6.699/2004, do Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO. Modifica dispositivo do Código Penal e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **2)** Processo MJ/GM nº 08001.008127/2004-79. Assunto: PL nº 3.747/2004, do Deputado CORONEL ALVES. Dá nova redação ao art. 10 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 – Código de Processo Penal. Parecer do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira: pela rejeição do relatório depois de pedido de vistas. Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000003/2004-70. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará. Despacho do Conselheiro Carlos Martins Antico: em acordo com as informações da diligência solicitada, devolveu à Secretaria do CNPCP para arquivamento do processo. **4)** Processo MJ/GM nº 08001.011673/2003-48. Encaminha sugestões e solicita informações relativas às reformas judiciárias e a violência no Brasil. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: pelo

arquivamento do processo, após oficiar aos interessados. Aprovado, à unanimidade. **5)** Processo CNPCP/MJ nº 08037.000064/2004-37. Assunto: Ofício nº 1.959/2004 – Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Construção de novas vagas com instalações adequadas no estabelecimento penitenciário do Amapá – COPEN/AP. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pelo encaminhamento dos autos ao DEPEN/MJ para atender a diligência solicitada pelo Relator. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000004/2005-03. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas. Pelo arquivamento após oficiar o interessado. Aprovado, à unanimidade. Dando seqüência à reunião, o Conselheiro Carlos Weis enalteceu a Secretaria do CNPCP, pois está recebendo, com regularidade, o Informe Parlamentar e disse que vários processos interessantes não estão passando pelo Conselho. Sugeriu que se convide a Dra. Ivete Lund Viégas, Secretária de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, para expor sobre esse encaminhamento. Após várias manifestações, foi aprovada a sugestão. O Conselheiro Cassio Castellarin solicitou uma parte da próxima reunião para apresentar o Relatório de Atividades e da participação da reunião com a Comissão de Direitos Humanos. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis sugeriu que o Conselho tenha um banco de projetos exitosos na área de execução penal. A idéia seria como um selo de qualidade que o Conselho poderia indicar para os demais estados. Um exemplo interessante seria o caso dos Centros de Ressocialização do Estado de São Paulo. Sugeriu que os estados enviem sugestões de projetos exitosos para análise do Conselho, podendo estes ser recomendados aos demais estados. Após ampla discussão, recomendou-se que a página do CNPCP seja reformulada. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu que fosse comunicado aos Secretários de Justiça dos Estados, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público que o Conselho criou um banco de boas práticas na área de execução criminal e que gostaria de receber indicações. A Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira disse que na SENASP há alguns projetos e que poderá informar-se para fazer esse banco no CNPCP. Após ampla discussão, foi aprovado que os Conselheiros Carlos Weis e Ana Sofia Schmidt de Oliveira estudem a metodologia para esse programa que será apresentado em reunião posterior. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva solicitou que se registrem os agradecimentos à Conselheira Eleonora de Souza Luna pela forma como recebeu o Colegiado e elogiou o almoço oferecido. A Conselheira Eleonora de Souza Luna agradeceu a presença do Conselho mais uma vez em Recife. Por fim, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos reiterou o agradecimento pela presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

ANTONIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Presidente

Publicada no DOU, de 23 de maio de 2005 – Seção 1.